

CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO/CIF

NOTA TÉCNICA CTEI nº 86/2021

Assunto: Avaliação do “Projeto Piloto de Desenvolvimento Socioeconômico através da Metodologia dos Bancos Comunitários” (junho/2020)

1. Introdução:

Considerando as Cláusulas 129 a 131 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), elaborou-se no âmbito do GT-Desenvolve esta minuta de Nota Técnica sobre este projeto para apresentação junto à Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI).

2. Considerações gerais

Ressalta-se que após a primeira apresentação para análise do projeto no âmbito do GT-Desenvolve (em 03/06/2020), houve alterações conforme sugestões dos participantes do GT, consideradas pela equipe da Fundação Renova, nessa versão avaliada (de 29/06/2020).

As análises e observações constantes desta Nota Técnica seguem a estrutura do documento apresentado, como também dos anexos encaminhados via e-mail no início de julho/2020.

A proposta foi apresentada em documento de 22 páginas, além de três anexos, contemplando: introdução, objetivos, considerações sobre a escolha do distrito de Baixa Verde (em Dionísio/MG) para o desenvolvimento do projeto piloto, pilares estratégicos do projeto, a metodologia, cronograma e orçamento propostos, item sobre validação do Projeto Piloto e Ampliação do Projeto e seus resultados esperados.

O “Projeto Piloto de desenvolvimento socioeconômico através da replicação da metodologia dos Bancos Comunitários” é altamente relevante, um passo importante da Fundação Renova no sentido de produzir uma ação de caráter econômico e social que efetivamente beneficie as populações atingidas, em particular as mais vulneráveis.

3. Introdução (págs. 3 a 4)

Nos dois primeiros parágrafos de apresentação do projeto já se coloca que:

A Fundação Renova busca contribuir para o desenvolvimento das comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, por meio de ações que viabilizem a retomada do modo de vida e a melhoria da qualidade de vida dos moradores, de forma participativa e dialogada com os diversos grupos, organizações sociais e poder público.

O presente projeto tem como objeto as redes de produtores e consumidores de Baixa Verde, distrito de Dionísio (MG), e visa intensificar as relações de

produção, comercialização e consumo deles, dinamizando a economia local e fortalecendo a organização social para o desenvolvimento sustentável. (Projeto-piloto, p. 3)

Em relação às intenções, a proposta parece bem direcionada e fundamentada, mas não é assim que o projeto caminha efetivamente para sua possível implementação. Por exemplo, não fica claro como se deu o processo de escolha do município de Dionísio. Poderia ser mais bem detalhada qual foi e como se deu a metodologia de participação. Pela descrição no item 3 do documento apresentado, o entendimento seria de uma construção interna na Fundação Renova, apenas com a apresentação desse projeto para aceitação ou não da comunidade.

Seguem, abaixo, alguns pontos que podem ser mais bem explorados ao longo da introdução do documento:

- Como se deram essas definições por parte da Fundação em conjunto com esses atores sociais (explicitando-se um pouco do processo, envolvendo a comunidade de Baixa Verde na elaboração e em processos de tomada de decisão sobre a proposta e sua adequação, em comparação com outras comunidades, que poderiam ter o mesmo interesse pela implementação de um tal projeto), em termos da escolha da metodologia dos bancos comunitários?
- Quais foram, sucintamente, os principais critérios utilizados para a definição da comunidade de Baixa Verde para a implantação do Projeto Piloto? Isto, sem deixar de se detalhar melhor esses processos ao longo do documento como um todo.

Também se levanta a possibilidade de escolha de uma outra localidade, que possa servir, ao menos, como um parâmetro do quanto o projeto piloto poderá ou não contribuir com a comunidade de Baixa Verde, em comparação com essa outra localidade, em que não se implantará essa proposta. Quais seriam os “itens de controle” para comparação sendo escolhida uma localidade, apenas? Qual seria a metodologia para se isolar alguns fatores exógenos para se afirmar que o projeto poderá propiciar uma maior diversificação ou desenvolvimento econômico?

4. Objetivo (pág. 4)

Mantém-se aqui a dúvida de como a “replicação da tecnologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento” contribuirá para o desenvolvimento sustentável, mesmo que somente da comunidade de Baixa Verde (cerca de 2,5 mil pessoas, num total de pouco mais de 7,8 mil habitantes de Dionísio). Uma vez que em termos gerais, não se pode supor que somente uma parte do município (com um terço de sua população) se torne sustentável, desvinculado de um contexto mais amplo, até mesmo dentro de uma dinâmica socioeconômica e ambiental de sua microrregião, por exemplo.

Cabe aqui também uma breve explicação sobre o termo “bancos comunitários de desenvolvimento” (BCDS), tendo o mesmo sentido da nomenclatura em relação aos demais bancos comunitários. Como todos eles são também bancos de desenvolvimento, somente para não haver maiores dúvidas de que se fala do mesmo tipo de instituição. E, uma vez que se utilizam como referências, iniciativas como a do Banco Palmas (Fortaleza/CE) ou do “Banco Bem” (Vitória/ES), entre outros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento-RBBCDS (vide p.ex., <https://www.facebook.com/redebrasileiradebcds/> – acesso em 17/09/2020 - e da plataforma e-Dinheiro, tbém pertencente à RBBCDS)¹.

Nesse sentido, caberia, por um lado, o estabelecimento de algumas premissas ou balizadores para esse tipo de afirmação, p.ex., sobre como se dará a “geração e emprego e renda por meio do desenvolvimento de pequenos negócios, da concessão de microcrédito com juros baixos e da utilização de uma moeda local”, uma vez que esse fortalecimento da economia local pode sim, constituir um possível eixo de desenvolvimento dessa comunidade, mas não sem uma articulação, possível mas não dada a priori, seja com a economia de Dionísio, como da região como um todo.

De outro lado, também não se torna muito claro, como a busca pelo fortalecimento da economia, “com base nas relações locais de produção, comercialização e consumo” poderá apoiar a efetivação de todo esse processo de desenvolvimento econômico “endógeno” e local, uma vez que em muitas outras experiências exitosas de bancos comunitários, tanto o público “interno” (das localidades em que se desenvolveram essas iniciativas), quanto o fluxo econômico passível de ser aproveitado e canalizado via moeda social local e de um banco comunitário para essas populações, o foram significativamente maiores do que o número de habitantes do município de Dionísio e do que somente do distrito de Baixa Verde. Para corroborar, ou pelo menos ilustrar como isso poderá se dar, talvez se possa incluir nessa definição dos objetivos, alguns dados e indicadores socioeconômicos do município e da região, assim como de uma possível demanda turística, anterior ao período da pandemia, para se estimar os fluxos econômicos passíveis de serem trazidos para a comunidade ou de serem incorporados a essas análises.

5. Objetivos Específicos (pág. 4)

Recomenda-se que se explicita melhor as ferramentas que fazem parte da “metodologia” escolhida para a implantação e posterior “replicação” da tecnologia de bancos comunitários (as quais podem ser repassadas para o item metodologia). Ou que se altere a redação desses itens para que se identifique melhor o que eles possibilitam alcançar, relacionando com suas contribuições para o alcance do objetivo geral.

¹ Como um outro exemplo, trazido pela própria Fundação Renova, ao convidar para a reunião do GT Desenvolve do dia 03/06/2020 (por videoconferência), a diretora do Ateliê de Ideias, Leonora Moll, que participa da iniciativa “Banco Bem”, em Vitória/ES. Banco este, que visa incentivar o “fortalecimento da economia e desenvolvimento de regiões ameaçadas pela vulnerabilidade socioeconômica. São elas os bairros da Poligonal 1: São Benedito, Jaburu, Itararé, Floresta, Engenharia, Bonfim, Bairro da Penha e Consolação. Ao todo, são 31 mil pessoas, que formam o chamado ‘Território do Bem’, como é conhecido pelos moradores.” – citado em: <http://www.cmv.es.gov.br/noticia/ler/6817/banco-comunitrio-completa-dez-anos-> (Acesso em 25/08/2020)

6. Baixa Verde: Potencialidades para o desenvolvimento do Projeto Piloto (págs. 4-6)

No primeiro parágrafo de caracterização do município de Dionísio, não fica claro como o projeto poderá beneficiar o público citado (por exemplo, os 37 pescadores de subsistência já cadastrados pela Fundação Renova, ou as 200 solicitações adicionais de cadastro junto à Fundação) ou quais as relações entre o Projeto Piloto e esta atividade, considerada como bastante relevante na própria caracterização da comunidade de Baixa Verde. Diante do número significativo para o total da população – considerando-se somente essas novas solicitações de cadastro, chega-se a uma proporção de 2,5% da população total do município - há que se considerar o impacto que qualquer medida de apoio específico a este contingente populacional pode ser bastante relevante, melhorando-se a justificativa do projeto, caso essa análise seja efetuada e apresentada.

No parágrafo seguinte, tece-se considerações sobre a pesca de lazer e o turismo em Dionísio. Como o fomento ao ecoturismo constitui, segundo o próprio texto, “um dos principais motivos” da escolha da comunidade de Baixa Verde para se executar o projeto piloto, diante do cenário atual da pandemia de Covid-19 e de toda a incerteza de quando poderão ser retomadas as atividades econômicas, em especial, as de cunho turístico em toda a região, deve-se realizar também uma nova análise crítica das oportunidades e ameaças (em termos de uma possível análise SWOT, p.ex.) considerando toda a situação e contexto atuais. Esta proposta torna-se ainda mais relevante, com base nas discussões sobre melhorias no projeto ocorridas em setembro e outubro/20 no GT-Desenvolve, quando a própria FR colocou que ainda não tem certeza da possibilidade de retomada das atividades presenciais e de campo, fundamentais para se iniciar a implementação deste projeto piloto.

Outras questões apresentadas nessas justificativas, que ainda necessitam de melhor endereçamento, seriam:

- a) como, nessa situação de pandemia, espera-se que o projeto piloto contribua para a redução do desemprego (quase estrutural) na região com a “saída” da Arcelor Mittal da região e essa “aposta” no ecoturismo, aliada à perda nas condições para a pesca de subsistência, tanto com relação às perdas decorrentes do rompimento da barragem, quanto de medidas restritivas impostas pela Portaria IEF 040/2017?
- b) Como se poderá gerar aumento de emprego e renda (p.ex., articulando-se esta iniciativa a outras talvez existentes, como as de fomento ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, ou mesmo com ações de outros programas socioeconômicos?), fortalecendo propostas que venham a ser fortalecidas com a possível implementação do banco comunitário?
- c) Ou como transformar, no médio e longo prazo, essas ameaças da proibição de pesca em lagoas ou cursos d’água não atingidos pelo rompimento, em fatores de

potencialização de atividades como a da piscicultura, caso as comunidades pesqueiras da região tenham vocação e desejem desenvolver atividades como esta?

São questões que podem ser trabalhadas para melhorar ainda mais as justificativas e expectativas de retorno para a comunidade, seja de Baixa Verde e Dionísio, seja para outras localidades que possuam desafios semelhantes.

Nesse sentido, menciona-se também uma possível interface com o PG20. Entretanto, é preciso que seja estabelecido um procedimento a ser acompanhado para que as possíveis contratações locais relacionadas às obras da rodovia se concretizem de fato. Bem como, a interface com o PG13. Comenta-se muito sobre a articulação interna da Renova, mas da forma como está escrito o projeto, não está claro como esse processo foi estabelecido e seguirá sendo implementado. É preciso esclarecer responsabilidades e limites de cada programa. Dessa forma, como ainda a plataforma E-dinheiro não é tão conhecida fora de seus circuitos de operação, pode ser interessante se aportar informações de casos concretos e outros estudos e análises, que mostrem como ela vem potencializando e sendo disseminada em outras localidades, e sobre como a FR espera que essa proposta traga resultados concretos, a começar por Dionísio e a comunidade de Baixa Verde.

Outra dúvida que resta seria a de que, se essas “oportunidades identificadas” e a “possibilidade de se otimizar recursos e maximizar os resultados” continuam vigentes. Com o início das obras de pavimentação da rodovia LMG-760, pode-se verificar, inclusive, se vem ocorrendo a contratação de mão de obra local e empresas da região, assim como quais os impactos dessa obra e por qual período espera-se que ela possa gerar algum incremento nas oportunidades de geração de trabalho e renda para o município e a região. Portanto, para se verificar alguns impactos potenciais colocados na proposta do projeto piloto, já haveria possibilidade de se verificar possíveis consequências, por exemplo, deste investimento por parte do estado (e com recursos repassados pela FR) para este e outros projetos? Posto isso, poderia se analisar, inclusive o quanto seria gerado em termos de “custos e benefícios”, seja para a comunidade de Baixa Verde e Dionísio, seja como potenciais contribuições deste projeto em relação aos objetivos do programa de desenvolvimento e diversificação econômica (PG018).

Dentre os impactos indiretos decorrentes dessas ações, se previa na proposta (pág. 6) que elas pudessem potencializar a circulação de renda e o fortalecimento do comércio em Baixa Verde, assim como, incrementar o turismo na região, também considerando-se a revitalização do Parque Estadual do Rio Doce, o que não deve ocorrer ainda no período de implantação do Banco Comunitário em Baixa Verde. Por ora, a primeira consequência (fortalecimento do comércio e circulação de renda) teria que ser verificada, passando a ser monitorada, e a segunda (incremento do turismo na região), enquanto continuar-se o distanciamento social e as restrições a diversas atividades, inclusive pela pandemia da Covid-19, não poderá se

mostrar efetiva. Portanto, somente essas ações em si, não garantirão a viabilidade deste projeto piloto, podendo, no entanto, beneficiar de alguma forma, esta comunidade. Propõe-se, então, que a Fundação Renova possa trazer alguns dados e evidências com relação a esses investimentos e potenciais contratações de mão de obra local, assim como de possível dinamização econômica, mesmo em época de pandemia. Pois, com base nessa nova análise crítica, poderá se avaliar o que é apresentado no último parágrafo desta justificativa pela escolha da comunidade de Baixa Verde, como fatores para se definir a localidade para se implementar o projeto piloto: ou seja, se “elevar a circulação de renda em âmbito local, proporcionar maior capacidade de empreendedorismo aos moradores, promover a independência da comunidade e fortalecer a atividade turística através da interface com as ações e atividades da Fundação Renova relacionadas ao Parque Estadual do Rio Doce”.

Caso esses impactos não sejam viabilizados, em última instância, poderá advir daí, uma dupla frustração, tanto em termos dos resultados desses investimentos a serem alcançados pelo projeto piloto, como de “retornos” e perspectivas para o “desenvolvimento sustentável” dessa comunidade e da região, em horizontes de curto e médio prazos.

7. Pilares Estratégicos (págs. 6 a 8)

Moeda local (págs. 6-7): para além de seu valor “monetário” ou quando “lastreada” em moeda corrente (Real) e com as utilizações acima, a moeda local também cria um “valor simbólico” muito relevante. Desse modo, para além de fazer “com que a renda dos moradores seja gasta na própria comunidade” e dos impactos positivos acima citados, pode-se enfatizar a necessidade de se criar a moeda local, de forma bastante participativa, com empoderamento de toda a comunidade, para que ela assuma não apenas o protagonismo nesses processos, como também na posterior gestão do banco, das relações de crédito e das relações comunitárias, na busca de soluções comuns para a comunidade de Baixa Verde.

Inclusão financeira: acesso a serviços bancários (pág. 7): Deve-se ressaltar sobre este aspecto de funcionamento como correspondente bancário, para que esta comunidade não tenha que se deslocar frequentemente até o centro de Dionísio é um aspecto importante para que a própria plataforma se torne um instrumento relevante para a comunidade. Mas, novamente, sem uma ligação com ferramentas de participação e controle social por toda a comunidade, e com esse senso de pertencimento a ser gerado com a criação da moeda local (mesmo digital), somente a tecnologia para acesso a serviços bancários, poderá não surtir os efeitos desejados, tornando-se importante articular essas duas dimensões (enquanto tecnologia e como tecnologia social, também a ser apropriada pela própria comunidade).

Um outro aspecto bastante relevante, se considerarmos também o público de atingidos pelo rompimento da barragem, não apenas de Dionísio (com 25 famílias vulneráveis cadastradas, das 37 famílias constantes do Cadastro Integrado da Fundação Renova, com cerca de 136 pessoas cadastradas, segundo o Mapa de Vulnerabilidade – Território 3: Calha do Rio Doce, ago/20, pág. 36) como da comunidade de Baixa Verde, se refere a uma possível atuação conjunta com a “**rede pública de proteção social**” acima citada.

A questão de inclusão financeira, até mesmo pelo título cria a expectativa de alguma ação de educação financeira. Ainda que no item 4.5 seja comentada uma iniciativa junto à comunidade escolar, não há qualquer detalhamento. Não estão indicadas as alternativas para as questões “tecnológicas” tais como tipo de celulares e internet que consigam realizar essas operações sugeridas. Assim, recomenda-se que tanto a inclusão e educação financeira possam ser estendidas para toda a comunidade (não apenas a escolar) de Baixa Verde, assim como se possa detalhar como as alternativas tecnológicas (e eventuais restrições – como qualidade do sinal de celulares, etc.) podem auxiliar ou não nesses processos,

Qual a metodologia pensada para a construção da política de crédito? É adequada do ponto de vista de participação social? Foi considerado algum tipo de mediação no caso de conflitos na comunidade para essa atividade? Qual o prazo inicial considerado para essa atividade?

Pensando nessa questão de “confiança e solidariedade das relações comunitárias” e tendo em vista alguns registros de falhas de comunicação entre equipes da Fundação Renova e populações atendidas nos territórios, inclusive trazidas à CT-EI, se for possível ter-se acesso às atas, vídeos ou outros registros que trouxesse evidências sobre essa “harmonia” no território, poderá se ofertar maiores confiança e consistência, em se prosseguir com o projeto. Ainda, essa questão de “caracterização do cenário local” não deveria ter sido considerada na etapa de escolha do local a ser desenvolvido o projeto piloto?

Em termos do pilar 4.6, existiriam evidências ou algum levantamento do público feminino empreendedor já realizado? Com relação ao “detalhamento desta metodologia (...) que será apresentado ao final desta etapa de envolvimento e engajamento comunitário, por meio de um processo participativo” (página 8), recomenda-se a apresentação do que já vem sendo executado e quais processos e resultados ainda se espera que sejam desenvolvidos e alcançados até o início da implantação do projeto-piloto.

8. Metodologia (págs. 9 a 12)

Esta organização a ser contratada, pelos exemplos que já foram apresentados pela Fundação, poderá ser do tipo “Ateliê de Ideias”, responsável pelo “Banco Bem” de Vitória/ES, ou alguma similar. Dentro desse contexto, entre as organizações com experiência na criação, manutenção e “replicação” de outras iniciativas de bancos comunitários, sugere-se aqui, traçar quais são as características desejáveis dela, para além do que ela deverá executar.

Com relação a essas etapas, como quase todas as atividades do projeto piloto, terão a duração de todo o projeto piloto (9 meses) e também se prevê a realização de um Diagnóstico participativo, seguido de diversas reuniões, preparativos, contatos a serem efetuados, entre outras tarefas “permanentes” (enquanto durar o projeto), “servirá de base para a construção das políticas e ações do banco” para que estas “atendam às demandas da comunidade”, sendo o processo mais importante para se alcançar os objetivos do projeto, tanto nesta etapa piloto, como em seus desdobramentos posteriores.

Nesta fase de implantação do Banco Comunitário, ocorrerá a seleção de uma organização que possa aceitar a incumbência de ser a gestora do banco, que será também a fomentadora deste fundo e criará o Fórum de Desenvolvimento Comunitário. Este fórum, além de contar com representantes de toda a comunidade, e de trazer e discutir as principais questões da mesma, também será o responsável pela criação, desenvolvimento e acompanhamento da política de concessão de créditos do Banco. Outras duas funções previstas, são a dos Agentes de Desenvolvimento e o Comitê de Análise de Crédito (CAC), cujas atribuições e responsabilidades são descritas com certo detalhamento no projeto piloto.

O que não se verifica é uma clara divisão de responsabilidades entre a organização contratada para implantação do Banco (que poderia prestar mais uma assessoria e oferecer orientações, até a definição da organização que abrigará o Banco Comunitário), a Fundação Renova e estas outras instâncias comunitárias (os Agentes de Desenvolvimento e o CAC), exceto no item 5.2 da metodologia, quando define alguns papéis desses agentes e do Fórum de Desenvolvimento Comunitário. . Recomenda-se explicitar da melhor forma possível essas funções, papéis e responsabilidades, ao longo de toda a implantação do projeto piloto, por exemplo através de algum diagrama/fluxograma, que possa exemplificar quais as ações competem a cada uma das organizações parceiras para que sejam alcançados os resultados e se realizem as atividades descritas nesta metodologia.

Com relação à fase de operação do banco, apenas estão listadas 6 atividades relacionadas ao funcionamento do Banco, sem se especificar quais seriam as tarefas específicas da organização contratada (de consultoria para implementação do Banco) e a organização que já operará o mesmo. Porém, como as atividades de funcionamento exigirão uma capacitação, quando não a própria elaboração de normas e procedimentos internos para que o Banco possa operar sem maiores problemas, pode-se especificar que as tarefas serão realizadas, em princípio conjuntamente por ambas as organizações, sendo repassadas gradativamente para responsabilidade total pela organização operadora do Banco.

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário serão destinados 90 mil reais (pág. 12), como investimento inicial do Banco Comunitário de Baixa Verde. O que não se pode verificar ainda (conferir no orçamento/ custeio), é o quanto será para o “fundo de empréstimo” (ou fundo rotativo, que retorna ao fundo com juros e serviços bancários, retirando-se possíveis provisões de riscos ou inadimplências), e o quanto seria destinado ao custeio, e se esse custo de operação será possível de ser coberto, também pelo fundo inicial. Qual o memorial de cálculo que resultou no montante de 90 mil reais?

Esses valores, assim como sobre como poderá ser efetuada toda a gestão financeira (mesmo em moeda social, porém lastreada por esse fundo), é que deverão ser mais bem avaliados, inclusive para se verificar a viabilidade econômica (ao menos com uma ou duas pessoas – analista de crédito/ divulgador da iniciativa; e um outro que seria o próprio tesoureiro ou caixa para realização dos empréstimos, controles e cobranças, por parte do banco, além de prestar os serviços de correspondente bancário). Recomenda-se não o detalhamento, mas a formulação de algumas diretrizes a serem corroboradas, modificadas ou adaptadas, tanto

pelo Fórum de Desenvolvimento local do Banco de Baixa Verde (projeto piloto), mas que possa servir também de referência inicial para os demais bancos.

É citado que será realizado um diagnóstico participativo. Não fica claro o que desse diagnóstico já teria sido realizado, conforme inicialmente mencionado no projeto.

É indicado a capacitação de um agente de desenvolvimento local, entretanto pode ser arriscado uma vez que se este desistir ou precisar sair, não haverá substituto. Outras questões relevantes a serem respondidas seriam: como foi dimensionada a carga de trabalho? Apenas um agente para se efetuar todas as atividades previstas será suficiente? Caso não exista alguém que possa cumprir a todos os requisitos em Baixa Verde, alguém da comunidade seria capacitado ou se consideraria trazer alguém “de fora”? Existiria algum levantamento nesse sentido já realizado? Quais seriam os papéis da Fundação Renova e da organização contratada no apoio e suporte ao agente local? Quais as questões logísticas e operacionais (transporte, segurança, demais condições operacionais necessárias – computador ou tablet, seriam também utilizados? Implicações de segurança, tanto dos dados, como outras, se puderem ser esclarecidas ou delineadas, devem ser consideradas, e se possível explicitadas.

Sobre o Comitê de Análise de Crédito (CAC), há algum tipo de remuneração para os membros? Não fica claro também até que ponto seria responsabilidade dos membros e no que a Fundação Renova iria atuar/colaborar/acompanhar. A estrutura democrática de deliberação sobre a concessão de crédito tem os seus riscos, podendo levar ao aumento da inadimplência dependendo da composição do grupo

Com relação ao Fundo de Investimento Comunitário, o montante indicado parece não possibilitar um montante relevante de créditos concedidos para que se obtenha uma amostra representativa. Seria interessante que fosse detalhado o memorial de cálculo que resultou nesse montante.

9. Cronograma (págs. 12 a 15)

Como este cronograma praticamente não poderá mais ser realizado (visto que mesmo que uma parte das ações pudessem se dar de maneira remota, uma parte delas, certamente terá que ocorrer presencialmente), a única observação já efetuada por ocasião das apresentações deste projeto piloto no âmbito das Ros da CT-EI, ou em reuniões mais aprofundadas para discussões e pré-avaliações, dentro do GT-Desenvolve, é que esses 9 meses iniciais, para realização de todas as atividades previstas, mais o início das concessões de créditos e utilização da moeda social digital, restritas geograficamente à região a ser definida pelo Fórum de Desenvolvimento Comunitário e parceiros do Banco, além de se poder alcançar os índices previstos para se analisar se esta iniciativa piloto foi mais bem, ou mal sucedida, encontra-se bastante otimista (ou subdimensionado). Dessa forma, pode-se explicitar melhor como se pretende mensurar e avaliar os resultados com base nos indicadores que servirão de base para avaliações do desempenho do projeto piloto, sendo que em três, ou mesmo em nove

meses, ainda não se poderá ter uma análise mais aprofundada sobre níveis de inadimplência, ou de sustentabilidade do projeto para sua fase de expansão.

10. Custos (págs. 15 a 17)

De maneira geral, os custos poderiam contemplar racional para esclarecimento de dúvidas pontuais que seriam esclarecidas com uma breve descrição por item do custo. Ex. Porque são 10 celulares?

Para que se possa ter uma dimensão correta e concreta dos custos do projeto, aqui não basta citar somente os custos do projeto piloto. A análise deve envolver além dos 9 meses do projeto piloto como o custo estimado total de cerca de R\$ 227,4 mil, mas também a expansão do Banco Comunitário de Baixa Verde (caso o mesmo seja “aprovado” e tenha continuidade por mais 21 meses, totalizando 30 meses), que adicionaria mais cerca de R\$ 460 mil, resultando em um valor total estimado de quase R\$ 686,7 mil, ao longo desses 30 meses do projeto piloto mais a expansão do Banco Comunitário de Baixa Verde (sendo que esses valores seriam rateados em termos de 37% - equivalentes a R\$ 254,1 mil - com orçamento a ser custeado pelo PG006 – Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social; e os restantes 63% - R\$ 432,6 mil – arcados pelo PG018, com recursos compensatórios).

Cabe ressaltar aqui como recomendações, que possa se explicitar também no corpo deste documento em um quadro-resumo, que poderá remeter aos anexos, mas que apresente de forma sucinta e objetiva, alguns dos seguintes itens:

- a) Dentro deste orçamento geral, que possam ser separados os custos de implementação (consultorias, equipamentos, etc.), que não serão permanentes ao longo tanto do projeto piloto e de sua expansão, como de sua continuidade ao longo de todo o ciclo de vida do Banco Comunitário de Baixa Verde;
- b) Que se separe também os custos fixos dos custos variáveis, assim como já se encontram separados na planilha do Anexo II – os valores a serem aportados nos fundos (no caso do Banco Comunitário de Baixa Verde – R\$10 mil/mês x [9+15 meses do projeto piloto + expansão] = R\$240 mil); e
- c) Que dentro desses orçamentos possa se verificar, quais custos poderão ser “subsidiados” pela Fundação Renova, ao longo dos 30 meses (p.ex., o Agente de Desenvolvimento Local, durante 9 meses do projeto piloto, com mais dois agentes – 1 deles, podendo ser o mesmo do projeto piloto -, por mais 21 meses da etapa de expansão; ou os custos administrativos – orçados em 2 mil reais por mês, ao longo de 18 meses, somente para a fase de expansão?), e que na ausência desse “patrocínio” ou subsídio, terão que ser computados como custos operacionais ou de custeio do próprio projeto;
- d) Se no custo total de 4 mil reais (apenas) estão incluídos “todos” os serviços de comunicação (inclusive serviços de comunicação digital/ divulgação via redes sociais?) Ou como esses serviços seriam realizados, considerando-se apenas esse custo total? Ou, ainda, se essas ações seriam desenvolvidas por grupos de jovens ou outros

- empreendedores, que poderiam desempenhar também “voluntariamente” (ou como parceiros, dentro da comunidade) esses serviços; e
- e) Também apresentar-se o custo total estimado de implantação do projeto como um todo (incluindo os outros 9 bancos comunitários previstos, além do de Baixa Verde). Conforme a planilha do Anexo II – com os custos de expansão para os 9 bancos adicionais (com 3 perfis diferentes, com suas variações nos valores a serem aportados nos fundos de cada perfil – valor total estimado para implementação de cada banco: cerca de R\$ 310 mil x 9 bancos = R\$2,79 milhões + aportes para os 9 fundos: R\$1,86 milhões = R\$4,650 milhões, como custo total estimado para a expansão; somando-se os cerca de R\$690 mil do projeto piloto + expansão do Banco de Baixa Verde = R\$ 5.340 mil de orçamento total do projeto, divididos da seguinte forma: 37% - cerca de R\$ 1,976 milhão, por parte do PG006; e 63% - R\$ 3,364 milhões - do PG018).

No Anexo III – Cronograma de desembolsos, incluindo todas as fases (projeto piloto + expansão do Banco de Baixa Verde, mais expansão para os 9 bancos), verificar somatórios, que resultam em valor um pouco diferente da totalização do item d, acima: cerca de R\$ 222,4 do projeto de expansão + R\$ 5.152,7 mil da expansão para os 10 bancos, incluindo o de BV; totalizando R\$5.375,2 mil, rateados em termos de R\$1.966,6 mil para o PG006 e R\$3.408,6 mil para o PG018).

Com essas discriminações, se tornará mais claro, quais os custos de “investimento” no projeto piloto e em sua expansão (com recursos aportados seja pela FR, seja por outros eventuais parceiros – p.ex., prefeituras ou outras organizações ligadas a esta ou às outras comunidades em que forem implantados os outros 9 bancos previstos), separando-se também os custos de implementação dos custos correntes (ou operacionais), que podem ser “subsidiados” nesses primeiros 30 meses, mas que depois farão parte dos custos de manutenção/ operação do Banco de Baixa Verde e demais bancos.

Da mesma forma, faz-se necessário apresentar uma estimativa do custo total do projeto de implementação dos 9 bancos adicionais (como resumido acima) para que a CT-EI possa avaliar o montante total a ser dispendido no projeto como um todo.

11. Validação do Piloto e ampliação do Projeto (págs. 17 a 21)

Com relação às metas para aferição dos resultados alcançados pelo projeto e decisão sobre sua continuidade ou não, tal como elencadas abaixo, foi citado na reunião do GT-Desenvolve e na própria CT-EI, quando das apresentações deste projeto, o quanto elas são inviáveis, por um lado (em especial no prazo de 9 meses de implantação do projeto piloto), ao mesmo tempo em que não garantem a sustentabilidade da iniciativa, por exemplo, quando não houver mais aporte por parte da Fundação Renova.

Desse modo, recomenda-se que as metas sejam revistas, ou que possam ser colocados como indicadores de processo, mas não como critério para validação do projeto e uma “potencial” aprovação do mesmo para se dar continuidade ou ampliar o mesmo, para as fases seguintes de expansão do projeto de bancos comunitários, tanto em Baixa Verde, como em outras localidades que venham a ser selecionadas pelo projeto.

Com relação a meta de inadimplência, por mais que se atue com uma educação financeira atrelada a empréstimos, por exemplo, pode-se converter mais em um indicador de processo para se ajustar a política de créditos e apoiar os tomadores de crédito a usarem esses empréstimos de forma “consciente” e com “auto responsabilidade” para não comprometer a “comunidade”.

Outros comentários realizados durante reuniões do GT-Desenvolve e da CT-EI, que:

- a) Em 9 meses, pode-se não conseguir sequer um volume de oferta de créditos ou o início dos pagamentos de parcelas dos financiamentos em número ou volume suficientes para se ter, um indicativo de quanto de inadimplência ou de concessão de empréstimos como explicitado acima;
- b) Também os demais indicadores, de adesão mínima dos negócios locais (tomando-se por base a população de cerca de 2,5 mil habitantes, quantos dos negócios locais poderão aderir a um programa dessa natureza, e quantos deles terão aderido à plataforma E-dinheiro, também é um número difícil de se estimar (longe de se poder estimar um número de mais do que 50% dos comerciantes locais, podendo aceitar, ou não a utilização de tal plataforma);

Sobre a criação de um novo negócio por empreendedor jovem, a ser desenvolvido a partir de algum crédito a ser oferecido pelo banco, talvez não haja maior dificuldade. Porém, como assinalado anteriormente, como este elemento isoladamente não garantiria a efetividade de todo esse processo de avaliação, o desafio, juntamente como os outros indicadores já discutidos, pode se prever que há alguma possibilidade também, de não se alcançar esse mínimo de 100 pessoas utilizando a plataforma E-dinheiro, que poderá ou não ocorrer, por uma grande variedade de fatores, podendo-se citar, somente dois: familiaridade das pessoas da comunidade de Baixa Verde, em utilizar celulares ou terem acesso ao “mundo digital” (sendo uma comunidade muito próxima de um ambiente mais rural?); e número de pessoas mais idosas, dentro da comunidade de 2,5 mil habitantes, ou de crianças, que ainda não tenham esse acesso e não deverão utilizar esse instrumento, seja para compras e consultas, seja para utilização como correspondente bancário. Apesar disso, um número de 100 pessoas talvez não seja tão inviável. Há que se verificar na prática, pois esse tipo de adesão terá uma série de outros componentes passíveis de gerar mais ou menos confiança.

Por fim, não apenas para o caso de Baixa Verde, mas para todos os demais, tendo em vista a premissa da participação, e visando mesmo o protagonismo por parte das comunidades e suas organizações internas, o que pode ser proposto, é que logo no início de todo o processo de engajamento das comunidades, buscando à adesão ao projeto de bancos comunitários, esses e outros critérios significativos para cada comunidade, possa ser discutido e acordado em conjunto com todas essas partes interessadas, e não definida a priori e unilateralmente pela Fundação Renova, ou qualquer outro agente, de maneira isolada.

12. Resultados Esperados (págs. 21 e 22)

Como resultados esperados, para além dos resultados para a comunidade de Baixa Verde, em Dionísio, faltou incluir que outros aprendizados podem ser gerados, e como essas lições poderão ser aproveitadas na fase de expansão do projeto.

Dever-se-á vislumbrar de que forma, além do registro de todo o processo, estes aprendizados poderão ser repassados pela comunidade de Baixa Verde, para outras comunidades que se interessem em desenvolver suas próprias experiências e iniciativas para implantação de moedas locais (digitais) e de bancos comunitários, fortalecendo e sendo fortalecidas por outros projetos comunitários, criando-se uma cultura de economia solidária regional, este sim, parece ser não apenas um resultado almejável, como também um objetivo mais amplo de todo esse processo de criação e sustentação de bancos comunitários na região.

Por fim, a “consolidação de um ciclo de desenvolvimento” (seja econômico, social, regional ou sustentável) é um objetivo ou resultado muito difícil, senão de ser alcançado (e que também não depende somente de fatores endógenos ligados ao projeto), mas mesmo de ser mensurado e atribuído somente a esse processo de criação de uma moeda local, que fortaleça a “procura por produtos locais”. Claro que inspirados em outras iniciativas de bancos comunitários bem sucedidos (não se espera, mas existem também diversas iniciativas de bancos comunitários que não se “sustentaram” no tempo, e por diversos fatores), também pode-se esperar que os “aumentos das demandas e disponibilidades de crédito”, via uma política de microcrédito tornada acessível por iniciativas como a dos bancos comunitários, poderão ajudar, mas talvez não sejam suficientes para levar a essa “consolidação”, em si. Portanto, pode ser uma expectativa de que com uma maior oferta de produtos e serviços gerados localmente, com consumo local (desde que a questão do “correspondente bancário” também possa fomentar esse desenvolvimento de uma economia comunitária local) venha a gerar maior volume de emprego e renda na comunidade de Baixa Verde. Porém, esse é outro fator que dependerá muito mais de uma dinâmica e da própria diversificação socioeconômica da região, que possibilite, até mais no médio e no longo prazo, uma ampliação de oportunidades de negócio, dentro de uma dinâmica econômica regional, que, por sua vez, possa impulsionar a “consolidação de um novo ciclo de desenvolvimento”, que seja efetivamente sustentável (em diversos aspectos).

Por fim, deve ser indicado em que período se pretende alcançar os indicadores e metas estabelecidos e quais seriam as alternativas e encaminhamentos possíveis para possível endereçamento de desvios.

13. Anexos

Dos 4 anexos, 3 tratando de partes do orçamento, 1 e um sendo o do Cronograma Físico-Financeiro, foram todos tratados ao longo dos itens anteriores, especialmente no item 11. Custos.

14. Conclusões

Primeiramente, resumindo-se alguns pontos e observações apresentadas nesta Nota Técnica, pode-se ressaltar aspectos a serem considerados pela Fundação Renova em suas respostas a esses questionamentos:

- a) Apesar da alta relevância deste projeto piloto e de sua posterior expansão para outras 9 localidades, além dos questionamentos sobre a escolha locacional, também se espera que a Fundação Renova acolha questões relacionadas a poder-se ter, no mínimo, uma outra localidade, que sirva como um “testemunho” a ser utilizado em termos de comparações entre a comunidade de Baixa Verde (com o projeto do banco comunitário) e outra, com características semelhantes, mas que não desenvolva um projeto semelhante, ao longo dos 9 meses iniciais do projeto;
- b) Para que o projeto atenda suas aspirações de propiciar a “retomada do modo de vida e melhoria da qualidade de vida, de forma participativa e dialogada com os diversos grupos” faz-se necessário explicitar-se também os processos e metodologias aplicadas para a escolha da comunidade de Baixa Verde, para a implantação do projeto piloto;
- c) Já entre os comentários e recomendações com relação aos objetivos gerais e específicos do projeto piloto, faz-se algumas considerações para se explicitar como se poderá alcançar alguns dos objetivos propostos, além de se melhorar algumas definições;
- d) Na parte de justificativas sobre o porquê da escolha da comunidade de Baixa Verde, são apresentadas também sugestões de melhorias que podem agregar argumentos para torná-las mais consistentes, assim como se sugere uma melhor avaliação de oportunidades e ameaças em relação ao projeto. Entende-se que já se pode procurar avaliar alguns impactos indiretos da pavimentação da rodovia LMG-760 ou da não revitalização do Parque Estadual de Rio Doce, no período de implementação do projeto-piloto, ou também se solicita algumas análises e informações a respeito da implementação da plataforma E-dinheiro em outras localidades. Como parte das justificativas para a escolha desta localidade, se dá também pela possibilidade de geração de trabalho e renda via pesca e do turismo, foram solicitados esclarecimentos adicionais sobre essas condições para o estágio em que se encontram as atividades na região devido à pandemia da Covid-19;
- e) Com relação aos pilares estratégicos, igualmente, solicitou-se maiores esclarecimentos, por exemplo, sobre metodologias e formas de engajamento e empoderamento do público feminino, além de outras questões de processo e mais operacionais ligados a cada um dos 6 pilares;
- f) Quanto à metodologia (ponto crucial para todo o projeto) há uma série de questões a serem encaminhadas, que vão desde questões operacionais e do volume de recursos a serem investidos como fundo rotativo, até o prazo de implementação do projeto piloto em 9 meses, com posterior expansão para mais 15 meses (no total, para cada um dos 9 bancos a serem criados, além do de Baixa Verde?), para sua consolidação;

- g) Com relação à inclusão e educação financeira, também foram ressaltadas questões relevantes acerca do público (e portanto, de metodologias passíveis de serem utilizadas) a ser atendido e como se mensurar essas efetividades;
- h) Do ponto de vista do cronograma, além desses prazos para implementação do projeto piloto, também se faz referência a quando, de fato, poderá se iniciar a implantação do projeto, anteriormente previsto para se iniciar já em 2020. Da mesma forma, são feitas considerações sobre a viabilização de alguns indicadores de resultados ou desempenho em prazos considerados insuficientes para se obter esses resultados;
- i) No item custos, além de um melhor detalhamento dos custos do projeto piloto e sua posterior expansão por 15 + 6 meses (estes últimos, sem aportes para o fundo), são feitas várias recomendações que darão mais clareza e consistência para uma análise efetiva sobre a sustentabilidade de todo o projeto (piloto + expansão);
- j) Com relação às metas para validação e aferição de resultados, também se apresenta nesta Nota Técnica, algumas considerações sobre revisões dos indicadores e metas de modo a adequá-los aos prazos ou às avaliações a serem efetuadas.

Assim sendo, mesmo considerando-se aceitável a implantação do projeto piloto em 9 meses, como planejado para o banco comunitário proposto para o distrito de Baixa Verde, em Dionísio/MG, assim como sua expansão posterior (para outras 9 localidades, e também tendo continuidade por mais 21 meses), e também considerando a relevância da iniciativa são colocadas outras questões relacionadas tanto à oportunidade, quanto aos desafios propostos pelo projeto, e não somente para as equipes de implementação deste projeto, como para as comunidades que os abrigarem.

O que pode ser ressaltado adicionalmente são alguns aspectos, já relatados ao longo das reuniões do GT-Desenvolve e da CT-EI, para além das considerações ao longo desta Nota Técnica:

- a) Faz-se necessário ao menos um alinhamento com o PG06, mesmo que do ponto de vista deste outro programa, os recursos não sejam compensatórios, mas de um programa reparatório;
- b) O orçamento apenas da fase piloto, deverá ser trabalhado, tanto do ponto de vista da expectativa daquela comunidade, como por parte da Fundação Renova e membros da CT-EI, para que não apenas o projeto piloto seja bem sucedido, como para que sua expansão também alcance os resultados esperados por todas as partes;
- c) A forma como poderá se articular este projeto, dentro de um encadeamento dos projetos como um todo, tanto internamente com vistas ao atendimento dos objetivos do PG018, como compatibilizando os eixos de atração de investimentos e o de geração de trabalho e renda com os resultados esperados deste projeto piloto;

- d) Da mesma forma, deve-se especificar como o projeto pretende articular os próprios projetos de Financiamento (microcrédito, com os fundos Desenvolve Rio Doce e Compete Rio Doce) com este do Banco Comunitário para que os projetos como um todo, ganhem sinergia e possam gerar os resultados esperados, com engajamento de todas as partes interessadas deste(s) projeto(s), principalmente as populações atingidas, especialmente as mais vulneráveis, também de acordo com o TTAC;
- e) Finalmente, mesmo considerando o risco de alguns dos projetos de expansão para as outras 9 (nove) localidades a serem selecionadas, poderem “não vingar” (ou se viabilizar), deverá se atentar para os efeitos “multiplicadores” ou disseminadores de novas iniciativas, e como tentativas de diversificação econômica, mesmo com toda a conjuntura atual de pandemia e de crise econômica, e principalmente de atividades como a do turismo e lazer, da pesca, entre outras, não somente as impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, mas que possam servir tanto às populações atingidas pelo desastre, como para outras comunidades, que também acabaram sofrendo, ao menos impactos indiretos do mesmo.

Considerando todo o exposto e, solicita-se para a Fundação Renova, em um prazo de até 30 dias apresente nova versão do projeto em questão.

Hugo Santos Tofoli
Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação